

## **EMERGÊNCIAS E PROVENIÊNCIAS DO PODER PASTORAL EM FOUCAULT: UM OLHAR SOBRE A GOVERNAMENTALIDADE DAS CONDUTAS**

### **EMERGENCIES AND PROCEEDINGS OF PASTORAL POWER IN FOUCAULT: A LOOK AT THE GOVERNMENT OF CONDUITS**

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler\*

#### **RESUMO**

O artigo procura apresentar as emergências e proveniências do poder pastoral em Michel Foucault a partir do problema da governamentalidade das condutas. De um modo geral, o poder pastoral é um braço de um projeto maior, pensado pelo intelectual francês chamado de história política da governamentalidade. Por história política da governamentalidade Foucault, entende as múltiplas experiências genealógicas de distintas práticas de governo voltadas para a condução das condutas. Suas emergências e proveniências estão inscritas na grande novidade inaugurada por algumas culturas orientais e aperfeiçoada pelo cristianismo no que se refere ao problema do gerenciamento e salvação das almas. É a partir de tal perspectiva que nosso texto procura compreender esses efeitos históricos e políticos do poder pastoral. Para, nas nossas considerações procurarmos articular, a partir do pensamento foucaultiano, as possíveis ressonâncias dessa modalidade de governamentalidade no Estado moderno e, a sua teatralização contemporânea destacada pela ascensão de grupos fundamentalistas cristãos e seus respectivos ataques ao Estado democrático de direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Michel Foucault. Poder pastoral. Condução das condutas. História política da governamentalidade.

#### **ABSTRACT**

This paper seeks to present the emergencies and provenance of pastoral power in Michel Foucault from the problem of the governmentality of conduct. Generally speaking, pastoral power is an arm of a larger project, thought by the French intellectual called the political history of governmentality. For a political history of governmentality Foucault, it understands the multiple genealogical experiences of different government practices aimed at conducting conducts. Its emergencies and provenance are inscribed in the great novelty inaugurated by some Eastern cultures and perfected by Christianity in regard to the problem of the management and salvation of souls. It is from such a perspective that our text seeks to understand these historical and political effects of pastoral power. For, in our considerations, we seek to articulate, based on Foucaultian thought, the possible resonances of this modality of governmentality in the modern state and its contemporary theatricalization highlighted by the rise of Christian fundamentalist groups and their respective attacks on the democratic rule of law.

**KEYWORDS:** Michel Foucault. Pastoral power. Conduction of conduits. Political history of governmentality.

---

\* Bacharel em Psicologia pela UNESC. Mestre em Psicologia pela UFSC. Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor titular na FURB. E-mail: [rsoler@furb.br](mailto:rsoler@furb.br).

## INTRODUÇÃO

Uma história política da governamentalidade é, um dos vários projetos levado a cabo por Michel Foucault.<sup>1</sup> Esse projeto procura recolher, nos interstícios de uma genealogia do governo na nossa sociedade ocidental, os elementos para uma crítica da experiência política tal qual ele mesmo atesta em *Omnes et Singulatim* (FOUCAULT, 1994). Basicamente, podemos resumir os traços de tal história política da governamentalidade a partir do seguinte quadrilátero. Em um primeiro momento, a emergência do pastorado como regime de verdade ao qual se vincula ao governo como elemento de direção de consciência e de experiência da salvação. Já o segundo momento, caracteriza-se pela formação, ainda no século XVI, do que Foucault (2004) chama de “razão de Estado”. Por sua vez, o terceiro caracteriza-se pela formação das primeiras formas de liberalismo econômico e, o quarto configurado como o desdobramento do liberalismo econômico, por meio da sua experiência mais radical, no caso, o neoliberalismo (FOUCAULT, 2005).

Em linhas gerais, podemos contextualizar que esse quadrilátero é constituído a partir do problema fundamental elaborado pelo projeto de uma história política da governamentalidade, qual seja, a tese de que as formas de governo compõem uma performatividade das condutas a partir de distintos acontecimentos políticos, éticos e históricos.

Nesse sentido, escrever uma história política da governamentalidade significa explorar os contornos pelos quais foram criados vários problemas relacionados à gestão das condutas e ao governo da vida. É justamente em torno dessa perspectiva que o cristianismo constitui-se como um elemento central nas análises foucaultianas. Não por conta do seu caráter ideológico, mas por constituir-se como uma alegoria responsável pela intensificação das práticas de governo cujas ressonâncias se inscrevem no contexto da nossa contemporaneidade.

Desse modo, ao proceder a uma genealogia do poder pastoral, Foucault não está interessado em analisar o movimento de secularização do cristianismo a partir da sua estruturação dogmática, mas sim compreender os sentidos pelos quais tal experiência de governo se constitui como um possível emblema dos regimes de governamentalização da

---

<sup>1</sup> Dentre a multiplicidade de projetos presentes no pensamento foucaultiano, podemos destacar outros dois. O primeiro referente a uma história crítica da verdade compreendida por ele a partir do triplo deslocamento das relações entre saber, poder e subjetivação. Já o segundo compõe uma história política da subjetividade interessada em pensar as articulações e os tensionamentos entre os métodos arqueológicos e genealógicos.

vida. Mais do que nunca, a experiência do poder pastoral nos ensina que se somos subservientes, isso não se deve à regulação dos ordenamentos jurídicos do Estado moderno tão somente, mas porque ao longo de todo um período histórico fomos ensinados que só podemos ser governados pela salvação e sacrifício pastoral. Contudo, esse impacto do poder pastoral reescreve um sentido muito específico pelo qual podemos associar alguns elementos da crise do Estado democrático de Direito e a ascensão de uma agenda neopentecostal excessivamente conservadora.

Nesse sentido, o presente ensaio procura explorar os contornos das emergências e proveniências do poder pastoral em Michel Foucault e como tal modalidade de governo acaba por sintetizar uma experiência singular na nossa Modernidade, qual seja, a ideia de que os sujeitos devem ser governados pela experiência teológica de vários dispositivos de poder que envolvem os tensionamentos éticos e políticos dos seus próprios modos de subjetivação.

## **AS EMERGÊNCIAS E PROVENIÊNCIAS DA PASTORAL DA CARNE EM MICHEL FOUCAULT**

Seis anos separam a publicação de *A Vontade de Saber* de *O Uso dos Prazeres* (FOUCAULT, 1976/1984). *O Uso dos Prazeres* (FOUCAULT, 1984) é um livro inscrito em uma perspectiva radicalmente diferente dos projetos anteriormente anunciados por Foucault (1976) no seu primeiro volume sobre a história da sexualidade. Nada de estabelecer uma genealogia da *psiquiatrização* da histeria, nem procurar explorar os contornos de um combate moral proveniente da *scientia sexualis* sobre a masturbação infantil. Ao invés dessas problemáticas anunciadas, fomos contemplados com um deslocamento metodológico empreendido por Foucault (1984) em torno das experiências éticas promovidas pelas culturas grega, romana e pelo cristianismo. Trata-se de empreender um desdobramento a fim de se rastrear nos processos de subjetivação os elementos necessários para a construção de um mosaico sobre as práticas de liberdade que giram, necessariamente, em torno do problema do governo de si e dos outros. Problema este que, segundo aponta Santos (2015), remete ao interesse cada vez mais constante de Foucault em estabelecer uma leitura sobre as práticas de governo presentes na sociedade ocidental, isto é, estudar os modos pelos quais foram constituídas, ao longo da história da nossa sociedade ocidental, diferentes manifestações de governo responsáveis por interpelarem os sujeitos pela prática constante de controle sobre a conduta, pois conforme ele mesmo aponta:

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. Essas "artes de existência", essas "técnicas de si", perderam, sem dúvida, uma certa parte de sua importância e de sua autonomia quando, com o cristianismo, foram integradas no exercício de um poder pastoral e, mais tarde, em práticas de tipo educativo, médico ou psicológico.<sup>2</sup> (FOUCAULT, 1984, p. 16-17).

Conforme essas palavras apontam, o interesse foucaultiano acerca da *estética da existência* acaba por indicar os elementos intrínsecos à construção de uma experiência ética produzida pelos gregos e romanos por meio da atitude radical do cuidado de si como elemento fundamental do governo de si presente no interior do projeto de um estudo sobre a filosofia como forma de vid. Projeto radicalmente diferente daqueles orquestrados pelos dispositivos da nossa modernidade no que corresponde, segundo opinião de Gonçalves (2016), à emergência de uma prática refletida de governo pela articulação entre a economia política e a gestão da população.

Há que se levar em conta o processo pelo qual a genealogia do poder desloca-se em direção aos estudos sobre a governamentalidade não por meio de uma linha contínua do pensamento foucaultiano, mas sim no desdobramento analítico que, em linhas gerais, procura pensar a correlação entre as práticas de poder e os processos de subjetivação a partir da compreensão das estratégias, das táticas e dos campos de verdades aos quais uma história política da governamentalidade encontra-se atrelada. Dito de outro modo, podemos afirmar que a governamentalidade seria, portanto, o limiar entre os jogos de objetivação e os jogos de subjetivação na formulação de um duplo questionamento: quais os domínios empíricos aos quais se exercem os objetos de saber e de poder? E quais seriam as condições de possibilidade pelas quais emergem, na sociedade ocidental, a figura de um Estado governamentalizado? Enfim, trata-se de investigar as razões pelas quais se vê constituir dentro desse grande projeto chamado Modernidade, os sentidos do que Walter, Winkler e Crubellate (2013) chamam de gestão da subjetividade, ou seja, uma maneira de se proceder ao governo do indivíduo nas

<sup>2</sup> Plus sur posant cette question très générale, et en la position à la culture grecque et gréco-latine, il m'est apparu que ce problème était lié à un ensemble de pratiques qui ont eu certainement une importance considérable dans nos sociétés c'est ce qu'on pourrait appeler les «arts de l'existence ». Il faut entendre les pratiques réfléchies et volontaires par les hommes, non seulement si elle est fixée aux règles de conduite, plus prévue à se transformateur eux-mêmes, à modifier in the singulier, et à faire de leur vie valeurs esthétiques et réponde à certains critères de style. Ces « arts d'existence », ces « techniques de soi » ont sans doute perdu une certaine part de leur importance et de leur autonomie, lorsqu'ils ont été intégrés, avec le christianisme, dans l'exercice d'un pouvoir pastoral, puis plus tard dans des pratiques de type éducatif, médical, ou psychologique.

múltiplas estratégias de normalização e assujeitamentos como categorias fundamentais de experiências voltadas não para o confinamento dentro de itinerários institucionais como as fábricas, as escolas, os quartéis e a família, por exemplo, mas na gestão dos modos de subjetivação intrínsecos às práticas de governo.

Nesse sentido, é correto afirmarmos que a noção de governo é essencial para uma leitura sobre os processos de assujeitamentos presentes na nossa sociedade. Uma leitura sobre a governamentalidade acaba também por nos indicar a possibilidade da construção de uma crítica sobre o Estado para além dos habituais contornos da soberania e do contratualismo.<sup>3</sup> Na quinta aula de *Segurança, território, população* ministrada originariamente em 08 de fevereiro de 1978, Foucault trata de deixar claro que o governo deve ser compreendido a partir de uma ampla perspectiva que envolve desde os aspectos institucionais da preservação das leis e das garantias cívicas até os aspectos que envolvem os procedimentos de controle das condutas, pois para Foucault

Gostaria de começar a percorrer um pouco a dimensão do que eu chamei com esta feia palavra que é “governamentalidade”. Supondo-se portanto que “governar” não seja a mesma coisa que “reinar”, não seja a mesma coisa que “comandar” ou “fazer a lei”; supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; supondo-se portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que essa noção abarca.<sup>4</sup> (FOUCAULT, 2004, p. 119).

Em especial, a hipótese levantada por Foucault nas últimas palavras da citação enunciada merece total atenção de nossa parte, por conferir um sentido muito interessante em relação às condições de possibilidade para uma leitura sobre as modalidades e os procedimentos de poder inscritos dentro do projeto de uma história política da

---

<sup>3</sup>Por contratualismo entendemos todo um conjunto de escritos formulados na passagem do século XVI para o XVII, em que os intelectuais provenientes do *contrato social* acabaram por compor inúmeras interpretações históricas acerca da passagem de um estado de natureza no qual reinavam os princípios individualistas, para uma forma de sociedade na qual os indivíduos deveriam firmar diferentes formas de contratos para o exercício da vida civil. A questão proposta pelos contratualistas seria a de se buscar os elementos de garantia para o firmamento dessa vida cívica. Desse modo, enquanto Hobbes (1974) promulgava a necessidade de esse acordo ser estabelecido através da formação de um Estado absolutista, Locke (1973) defendia a necessidade de um Estado limitado constitucionalmente e, por fim, Rousseau (1999) compreendia a formação de um Estado civil não a partir da renúncia de seus direitos naturais, mas sim pela defesa do próprio Estado em relação à preservação desse Estado.

<sup>4</sup>Je voudrais maintenant commencer à parcourir un peu la dimension de ce que j'avais appelé de ce vilain mot de “gouvernementalité”. À supposer donc que “gouverner”, ce ne soit pas la même chose que “régner”, ce ne soit pas la même chose que “commander” ou “faire la loi”; à supposer que gouverner ce ne soit pas la même chose qu'être souverain, être suzerain, être seigneur, être juge, être général, être propriétaire, être maître, être professeur; à supposer donc qu'il y ait une spécificité de ce que c'est que gouverner, il faudrait maintenant savoir un petit peu quel est le type de pouvoir que recouvre cette notion.

governamentalidade. Na opinião de Albuquerque Júnior (2011), a proposta elencada por Foucault em relação à formação de um governo econômico é essencial para a trajetória metodológica acerca dos modos pelos quais foi introduzida, na nossa sociedade, uma multiplicidade de práticas que objetivaram a guia das condutas como ponto de entrecruzamento entre as estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação. Nesse sentido, pode-se destacar que as razões metodológicas que levam Foucault a estudar o problema da governamentalidade a partir de tal entrecruzamento não correspondem à evocação da continuidade das habituais análises sobre o Estado, mas a contextualização de como tais práticas percorrem o movediço terreno das forças políticas e sociais, sem se deixar contaminar pela *epifania dos discursos revolucionários* nem prescrever sua analítica a partir de uma *perspectiva consagrada ao conservadorismo político*. Ora, o que pretendemos afirmar é que a preocupação, por parte de Foucault, em analisar o nascimento do Estado governamentalizado na nossa sociedade deve ser observada a partir de uma dupla razão. Em primeiro lugar, é preciso procurar afastar os estudos foucaultianos de certa ortodoxia acadêmica que limitava toda e qualquer análise do Estado a uma correlação entre a infraestrutura econômica e a superestrutura ideológica,<sup>5</sup> isto é, como se as instituições estatais fossem permeadas pela violência como clara demonstração de expropriação entre as classes sociais. Em segundo lugar, era necessário compor uma espécie de polifonia metodológica sobre a articulação entre os procedimentos de governo como elementos intrínsecos aos jogos de verdade para que, dessa maneira, Foucault procurasse analisar a articulação do Estado sobre as formas de governamentalidade.

De todo modo, a importância dos estudos foucaultianos sobre a governamentalidade não se limita à aplicação desse neologismo à formação histórica de um Estado governamentalizado. Pelo contrário, eles contextualizam os modos pelos quais grupos

---

<sup>5</sup>Mesmo antes de o pensamento foucaultiano constituir-se como uma das ferramentas imprescindíveis para uma problematização do nosso tempo presente, vários intelectuais já desconfiavam do projeto de uma leitura sobre a nossa história e sociedade a partir de uma orientação epistemológica proveniente do pensamento marxiano e dos possíveis novos rumos a uma esquerda que já não podia mais contentar-se em defender propostas de Estados totalitários como Alemanha Oriental e U.R.S.S, somente para ilustrarmos alguns exemplos. Os processos de expurgos, deportações e a política de *terra arrasada* conduzida por Stalin foram trazidos à tona ao mundo ocidental. Durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, foram oportunizados inúmeros trabalhos que procuram pensar os desdobramentos necessários para uma nova leitura sobre o papel do pensamento crítico na sociedade. Dentre esses textos destacam-se *O ópio dos intelectuais*, publicado originalmente em 1956, no qual Raymond Aron (1980) estabelece uma dura crítica a certos setores da intelectualidade francesa que insistiam no materialismo histórico como único elemento necessário para uma problematização do Capital. Outro livro que merece destaque nessa nova leitura sobre a nervura do real é *Arquipélago Gulag* (SOLJENITSIN, 1975), texto essencial para o *desvelamento* da até então obscura cortina de ferro.

dissidentes empreenderam – sobretudo a partir da Idade Média –, diversas insurreições contra a espinha dorsal da governamentalidade. E é justamente por conta de tal aspecto, que os modos de insurreição encontram-se desdobrados no entrecruzamento entre os dispositivos de gerenciamento da vida. Nesse sentido, defendemos estudar, nos interstícios da problematização da governamentalidade, os pontos de convergência necessários a uma crítica em relação à razão de Estado desdobrada nas múltiplas experiências éticas provenientes dos direitos dos governados. Desse modo, compreender a história da governamentalidade significa explorar os sentidos das insurreições como estratégias permeadas pelos processos de subjetivação presentes nas alegorias das infâmias que insistem em deflagrar um confronto permanente contra a biopolítica.

Entretanto, o problema da construção de uma história política da governamentalidade deve levar em conta as rupturas e os deslocamentos a partir de distintos procedimentos de controle sobre as condutas como estratégias fundamentais de gerenciamento da vida. Esse modelo descontínuo é descrito por Foucault a partir da seguinte estruturação:

História da governamentalidade. Três grandes vetores da governamentalização do Estado: a pastoral cristã = modelo antigo; o novo regime de relações diplomático-militares = estrutura de apoio; o problema da polícia interna do Estado = suporte interno.<sup>6</sup> (FOUCAULT, 2004, p. 126).

O ponto de partida para essa história política da governamentalidade seria um acontecimento singular na nossa sociedade a partir da emergência do que Foucault (2014) chama de “poder pastoral”. Uma economia de poder que será decisiva para deslocar os efeitos tradicionais das leituras políticas sobre o papel da soberania para o problema de governo ético em torno das condutas. De acordo com Candiottto (2008), a ideia fundamental apresentada pelo poder pastoral seria a tese de que não é somente um território, nem uma estrutura que se governa, mas sim os sujeitos, ou como lembra Foucault (1994, p. 126): “[...] Ceux qu'on gouverne, ce sont les hommes”. Tal concepção é radicalmente distinta das culturas grega e romana. Nelas, a acepção da palavra governo indicava um forte vínculo do sujeito com uma forma de vida específica e diretamente relacionada aos problemas da *polis* ou do império. Quando Platão trata de mencionar qual seria o melhor modelo de governo para a *polis*,

---

<sup>6</sup> “Histoire de la gouvernementalité. Trois grands vecteurs de la gouvernementalisation de l'État: la pastorale chrétienne = modèle ancien le nouveau de relations diplomatico-militaires = structure d'appui; le problème de la police interne de l'Etat = support intérieur”.

recorre, segundo Foucault, à figura do tecelão, já que no contexto dessa tradição o problema do governo colocava-se como essencial para uma perspectiva política específica.

Em especial, na aula de 15 de fevereiro de 1978, do curso *Segurança, território, população*, Foucault (2004) trata de diferenciar o projeto de governo compreendido pela cultura grega em oposição ao poder pastoral. Segundo ele, o governo mencionado pelos gregos não se preocupava em estabelecer uma relação pautada na heteronomia, mas sim na autonomia. Logo, a questão não seria a gestão de um *governo da salvação das almas*, mas sim a necessidade de o sujeito procurar constituir-se como *senhor de si mesmo*. Ou seja, embora filósofos como Platão (1979) compreendessem a política como uma atividade de governo, eles procuravam situá-la junto aos destinos e determinações da *polis*. Em nenhum momento era evocada a necessidade de se governar os homens objetivando sua salvação. Contudo, a pergunta que poderia ser feita é: ere todas essas figuras, quem era realmente o político? Esse questionamento nos auxilia a pensar como, dentro do panorama da filosofia grega, o problema não seria o de pensarmos a estrutura da autoridade como ocorrerá com o poder pastoral, mas sim reconhecer a tarefa de situar qual seria a substância ética de um bom governo. Nesse caso, emerge o contexto de um receituário ético superior a qualquer modelo de autoridade defendido pelo poder pastoral, pois conforme argumenta Foucault,

É evidentemente nesse lado que se deve situar o homem político, em oposição aos arquitetos. Ele vai prescrever a seres vivos portanto. Você pode prescrever a seres vivos de duas maneiras. Ou prescrevendo a indivíduos singulares: a seu cavalo ou ao par de bois que você conduz. Podem-se também dar prescrições a animais que vivem em rebanho, formados em rebanho, a toda uma coletividade de animais. É evidente que o homem político está mais desse lado.<sup>7</sup> (FOUCAULT, 2004, p. 145).

Já que o homem político prescreve aos seres viventes a virtude política, há que se interpretar essas palavras de Foucault a partir do tensionamento entre *polis* e *oikos*. A correlação entre esses dois conceitos é de fundamental importância para uma leitura sobre a história política da governamentalidade, pois esses espaços compunham o vínculo firmado entre o sujeito e sua realidade social, segundo Florenzano (2001). Opinião semelhante possui Castor Ruiz (2014) ao proclamar que tanto o cuidado da vida quanto a problemática do governo dos outros era um projeto radicalmente oposto ao destino da *polis*, devendo se limitar

<sup>7</sup> C' est évidemment de ce côté-là que se placer l'homme politique, par opposition aux architectes. Il va prescrire à des êtres vivants On peut prescrire à des êtres vivants deux manières. Ou bien en prescrivant à des individus singuliers, à son ou à une paire de boeufs que l'on commande. On peut également; donner des prescriptions à des animaux vivant en troupeau, formés en troupeau, à toute une collectivité d'animaux. Il est évident que l'homme politique est plutôt de ce dernier côté. Il va donc commander à des êtres vivant en troupeau.



aos contornos do *oikos*. O que estava em jogo nessa proposta era a possibilidade de se pensar a política desenvolvida na *polis* como um local de favorecimento da isonomia, enquanto o *oikos* compreendia o gerenciamento da vida. O que se abre nessa perspectiva é o fato de percebermos como o ponto fundamental lançado pela filosofia grega seria o de pensarmos os contornos da democracia exercida na *polis* como um espaço aberto de disputas presentes no sentido aristocrático para se perceber como, e sob quais condições, os rumos da cidade deveriam ser pensados. Diametralmente oposta a essa questão, o *oikos* configurava-se como um espaço limitado em que o sujeito deveria estabelecer com os outros uma dupla relação que envolvia a soberania e a hierarquia.

De acordo com Foucault (2004), o ponto fundamental de separação entre esses dois campos na filosofia grega é composto pelo quadrilátero do sentido dado aos gregos em relação ao papel do governo e da política. Em primeiro lugar, era preciso perceber os processos pelos quais o sujeito diferenciava-se dos outros entes. Essa diferenciação era composta pela distinção em relação aos seres vivos descritos pelo panorama da filosofia grega a partir de uma curiosa classificação enciclopédica. Segundo o autor, o início dessa tipologia era configurado pelos animais pacatos e domésticos, aqueles que viviam sobre a terra. Por sua vez, entre esses animais terrestres havia exemplos singulares como os animais que tinham chifres, os que possuíam o casco fendido e aqueles que não o tinham. Ainda dentre esses últimos encontravam-se os que podiam ser cruzados e aqueles que não podiam sê-los. O segundo ponto do quadrilátero consistia em atentar para o procedimento a ser aplicado na tarefa de condução desenvolvida pelo sujeito em relação as outras criaturas viventes. Problema metodológico, sem sombra de dúvida, uma vez que ele girava em torno da pergunta: em que consiste conduzir a vida de alguém? Em tal questionamento, percebia-se a necessidade de conduzir os seres a partir de diferentes funções. Ou seja, essa figura deveria garantir a segurança, prevenir doenças e tratá-las, ensinando os caminhos confiáveis para aqueles que estavam sob sua tutela. O terceiro ponto consistia na própria essência do político, e é nesse momento que Platão, segundo Foucault (2004), recorre a uma metáfora sobre o *mito do político*, uma alegoria que procura pensar, nas origens do mundo, o sentido originário da prática política. Platão (1979) compreendia que o mundo girava sempre em um sentido correto. Esse sentido correspondia à ideia de felicidade representada por Cronos. À frente de todas as criaturas estava o pastor que oferecia aos sujeitos tudo de que eles necessitavam. No entanto, em determinado momento, esse tempo de felicidade entra em crise, e é precisamente aí que emerge a política. Ou seja, quando a política começa o pastor retira-se, e o mundo

passa a girar no sentido contrário. Com o silenciamento dos deuses, são os seres humanos que devem tomar as decisões necessárias para o governo dos outros, e é por conta desse aspecto que nenhum sujeito poderia reivindicar para si a posição de ser pastor dos outros seres. É nesse instante que aparece o quarto ponto desse quadrilátero da política, quando Platão substituirá o modelo do pastor pelo modelo do tecelão enquanto figura representativa do sujeito político. Nesse sentido, o tecelão torna-se relevante por constituir-se como uma condição das estratégias que envolviam um determinado número de ações preparatórias para a atividade política. Por exemplo, assim como a lã deveria ser tosquiada e o fio necessitava ser trançado, o sujeito político deveria conduzir suas estratégias no sentido de preparar o terreno para as ações políticas e seus desdobramentos – a guerra, a diplomacia, a formação de assembleias, somente para ilustrarmos alguns pontos –, constituindo na política a maneira de se viver como uma arte voltada para a organização sistemática da *polis*.

Conforme se pode observar, a hipótese de trabalho levantada por Foucault, de que os sujeitos devem ser governados tanto do ponto de vista ético quanto político, não estava presente na mentalidade grega. A matriz originária proposta pela tese de que a salvação do sujeito estaria atrelada à economia de governo por meio da direção de consciência é uma invenção do cristianismo, pois, segundo aponta Foucault, o poder pastoral estaria diretamente ligado ao projeto longitudinal de se constituir uma prática de poder responsável por conduzir a vida dos sujeitos a partir das orientações sobre os modos de vida necessários à salvação na relação entre pastor e rebanho, pois o poder pastoral atua, segundo Martin (2010, p. 28),

[...] através de um controle insidioso sobre o indivíduo e, é dessa maneira que a sua subjetividade será moldada. O poder pastoral é uma forma de poder na qual um sujeito (um guia) influencia a subjetividade de outro sujeito através do reforço do controle e da dependência, tanto através de uma política de identidade como pelo conhecimento de si. O poder pastoral torna-se possível pelo conhecimento em termos de conscientização e a capacidade do pastor em dirigir permanentemente a consciência do indivíduo.<sup>8</sup>

Dessa maneira, um dos traços fundamentais do poder pastoral seria o de possibilitar, por meio do seu agenciamento de governo, a formação de uma economia da salvação na qual o sujeito liga o problema do *conhecimento de si* como um instrumento que depende da

---

<sup>8</sup> C'est par le biais d'un contrôle qui s'opère de façon insidieuse que la subjectivité des individus sera façonné. Le pouvoir pastoral est en fait une forme de pouvoir qui permet à une personne (un « guide ») d'influer sur la subjectivité d'un autre sujet par le contrôle et la dépendance, provoquant chez ce dernier un rattachement à sa propre identité par un mécanisme de prise de conscience de ses savoirs personnels. Le pouvoir pastoral est rendu possible par la maîtrise d'un savoir en ce qui a trait à la conscience et une habileté à diriger cette conscience de la part de l'individu qui agit à titre de guide.

capacidade de aceitar incondicionalmente todas as diretrizes estipuladas pelo pastor. Entretanto, poderíamos, a partir de tal constatação, perguntar: quais seriam as emergências e proveniências do poder pastoral? Em primeiro lugar, Foucault trata de deixar claro que suas origens remetem ao mundo oriental. Egito, Mesopotâmia e Assíria são modelos de sociedade nos quais podemos encontrar estratégias de governo baseadas na relação entre pastor e rebanho. Esse é o caso do hino cantado pelos assírios em relação ao exercício do pastorado e apresentado por Foucault em *Segurança, território, população*.<sup>9</sup> A hipótese de trabalho levantada está inscrita, portanto, no fato de que a ideia de que os sujeitos deveriam ser governados não fazia parte das mentalidades grega e romana. Conforme apontamos anteriormente, mesmo ao mencionar o *Político* de Platão como texto em que são delimitados os aspectos do governo, em nenhum momento o discípulo de Sócrates faz menção de que esses sujeitos deviam ser conduzidos por qualquer modalidade de consciência reflexiva transcendental. Observamos, portanto, como a matriz originária do poder pastoral está inscrita na tradição oriental, pois é justamente nessas culturas que podemos rastrear a proveniência de uma certa perspectiva teológica que concerne a essa economia um papel muito importante, qual seja, a tese de que o rei é representado pela figura do pastor responsável por conduzir todo o seu rebanho.

Esse processo de condução presente no pastorado está baseado na relação fundamental dada pela aliança entre o governante, os deuses e os sujeitos. Segundo Robert e Rovary-Oullet (2012), no caso do poder pastoral a figura de um rei apresenta-se como responsável por mediar a experiência política com a experiência religiosa na qual está sempre em jogo a responsabilidade do pastor para com o seu rebanho. Contudo, nenhuma cultura oriental desenvolveu tão intensamente o problema do pastorado como os hebreus. Sua herança em relação às demais culturas orientais é que o modelo de poder pastoral proposto por essa cultura não se inscreve na mediação entre experiência política e a experiência religiosa, mas sim em uma perspectiva essencialmente teológica. No contexto dessa modalidade, o rei é aquele que recebe a responsabilidade de conduzir o rebanho até à terra prometida. Esse será, aliás, um grande problema produzido por essa nova relação entre pastor e rebanho proposto pelos hebreus. Diferentemente das habituais propostas de expansão territorial e de comércio

---

<sup>9</sup>Foucault (2004, p. 128) assim descreve o cântico assírio Foucault assim descreve o cântico assírio: “Compagnon élatant qui participes au pastorat de Dieu, toi qui prends soin du pays et toi qui le nourris, Ô Berger d’abondance”. Tradução: Companheiro resplandecente que participas do pastorado de Deus, tu que cuidas do país e que o alimentas, ó pastor da abundância (FOUCAULT, 2004, p. 128).

estabelecidas por outras culturas, os hebreus trazem na sua constituição a necessidade de se deslocarem continuamente em direção ao eldorado apresentado por Deus ao seu governante. Quando escravos no Egito, Deus confia a Moisés a responsabilidade de conduzir o seu rebanho provendo todas as condições materiais e, sobretudo, as condições espirituais. Por vezes, o rebanho põe em xeque as habilidades de Moisés em ser um bom pastor. É desse modo que o livro de Êxodo (BÍBLIA SAGRADA, 2007) relata os vários momentos de tensão vivenciados pelos hebreus, desde a prisão de Moisés por conspiração e alta traição ao faraó, passando pela abertura do Mar Vermelho, até à crise de carestia suprida pela descida do maná diretamente do firmamento. Para além de qualquer perspectiva exegética, esses acontecimentos evocam as condições de possibilidade de uma inscrição específica dentro do modelo de governamentalidade proposto pelo poder pastoral. Ou seja, a questão não passa pela expansão territorial ou pelo fornecimento dos deuses de qualquer tipo de gerenciamento estratégico das condições materiais e econômicas do seu rebanho. O problema aqui consiste em apresentar, na própria figura de Deus, o responsável por orientar seu rebanho em qualquer situação, em qualquer espaço, em qualquer tempo. Essa é a constatação empreendida por Foucault (2004, p. 129) ao afirmar que

Temos aí, creio eu, uma coisa ao mesmo tempo fundamental e provavelmente específica desse Oriente mediterrâneo tão diferente do que encontramos entre os gregos. Porque nunca, entre os gregos, vocês encontrarão a ideia de que os deuses conduzem os homens como um pastor pode conduzir o seu rebanho. Qualquer que seja a intimidade – e ela não é necessariamente muito grande – entre os deuses gregos e sua cidade, a relação nunca é essa. O deus grego funda a cidade, indica sua localização, ajuda na construção das muralhas, garante sua solidez, dá seu nome à cidade, pronuncia oráculos e, assim, dá conselhos. Consulta-se o deus, ele protege, ele intervém, às vezes ele também se zanga e se reconcilia, mas nunca o deus grego conduz os homens da cidade como um pastor conduziria suas ovelhas.<sup>10</sup>

Portanto, a diferença fundamental entre a modalidade de poder pastoral praticada pelos hebreus e a mentalidade grega é delimitada pelo fato de que, enquanto os deuses gregos apenas orientam os sujeitos, o Deus monoteísta desdobra suas ações no sentido de conduzir seu rebanho a uma terra prometida que somente pode ser alcançada mediante a aceitação

---

<sup>10</sup> On a là, je crois, quelque chose qui est à la fois fondamentale et vraisemblablement très spécifique à cet Orient méditerranéen si différent de ce qu'on trouve chez les Grecs. Car jamais, chez les Grecs, vous ne trouverez cette idée que les dieux conduisent les hommes comme un pasteur, comme un berger peut conduire son troupeau. Quelle que soit l'intimité elle n'est pas forcément très grande – des dieux grecs avec leur cité, le rapport n'est jamais celui-là. Le dieu grec fonde la cité, il en indique l'emplacement, il aide à la construction des murs, il en garantit la solidité, il donne son nom à la ville, il délivre des oracles et par là donne des conseils. On consulte le dieu, il protège, il intervient, il arrive qu'il se fâche aussi et qu'il se réconcilie, mais jamais le dieu grec ne mène les hommes de la cité comme un berger mènerait ses moutons.

incondicional das suas vontades, pois acima de tudo a finalidade do exercício do poder pastoral é caracterizada como uma economia *anti-territorial*. Mas, a pergunta que poderíamos fazer a partir dessa afirmação seria: quais são os traços fundamentais dessa economia antiterritorial exercida pelo poder pastoral?

A designação desses traços é apresentada por Foucault (2004) a partir de três perspectivas. A primeira delas refere-se ao deslocamento contínuo exercido pelo poder pastoral. A questão passa, necessariamente pelo processo de peregrinação constante. No Êxodo, em nenhum momento Javé afirma a Moisés aonde se localiza Canaã. Somente o orienta na condução de seu rebanho, protegendo-o de várias ameaças materiais e espirituais, exigindo-lhes obediência. Flávio Joséfo (2004), na sua *História dos hebreus*, relata todo o drama vivenciado por Moisés desde sua escolha em ser um instrumento de Deus para libertar os hebreus da escravidão, até a condução a uma terra há tanto tempo esquecida. A partir desse temor, Deus trata de formar uma aliança entre ele, Moisés e seu povo. Essa aliança permitirá com que o deus-pastor possa orientar seu rebanho quanto aos caminhos que os conduzirão tanto às campinas férteis, quanto aos locais de repouso. Estamos, portanto, diante de uma modalidade de poder no qual o rebanho deve se deslocar continuamente, jamais limitando sua operatividade a um território específico. Essa perspectiva abre a possibilidade de compreendermos o primeiro traço do poder pastoral como uma tecnologia da “[...] *multiplicité en movement* [...]” (BÜTTEN, 2007, p. 1132).

A segunda característica do poder pastoral é que ele apresenta-se como um poder do benfazejo. Segundo Foucault (2004), a teleologia do poder pastoral consiste na necessidade de o pastor buscar, incondicionalmente, a salvação do rebanho. Reiterando essa constatação, aponta Castor Ruiz (2016, p. 05) que:

O poder do pastor é um poder do cuidado para com o rebanho, procurando sempre o bem do rebanho. O bom pastor é aquele que procura o melhor para o rebanho, conduzi-lo às melhores pastagens, defende-o de todos os perigos. O pastor exerce um poder positivo de cuidado do rebanho, assumindo para si a responsabilidade das necessidades do rebanho. Esse é o modelo do bom pastor. Nas diversas literaturas da época, constata-se que aqueles que se utilizam do poder para aproveitar-se do rebanho são os maus pastores. Os que se descuidam do rebanho, não se preocupam ou inclusive maltratam, são modelos de maus pastores. O poder pastoral é um poder do cuidado da vida de cada uma das ovelhas e o bem de todo o rebanho.

Conforme essas palavras sugerem, o poder pastoral não procura fundamentar o juízo categórico de uma *lex suprema*,<sup>11</sup> mas oportunizar o cuidado do pastor em relação ao processo de condução das ovelhas. Em um texto tardio resgatado por Foucault,<sup>12</sup> os rabinos estudiosos da cultura hebraica costumam afirmar que a escolha de Moisés para libertar os hebreus se deu pelo exímio conhecimento tipológico do pastor em relação a cada ovelha. Ou seja, havia naquele contexto específico uma condução justa, equilibrada e pensada de cada membro da comunidade e, nesse sentido, um bom pastor seria aquele que deveria zelar constantemente pela condução do rebanho. Essa característica aponta para a necessidade de se vigiar atentamente a conduta dos indivíduos pertencentes ao rebanho. Justamente por conta desse aspecto é que todos os riscos deveriam ser pacientemente calculados pelo pastor diante de um exercício permanente em preocupar-se com os outros antes de se preocupar consigo mesmo. Estamos diante de uma substância ética difundida por esse segundo traço do poder pastoral já que a diferença entre o bom pastor e o mau pastor está relacionada ao fato de que, enquanto o primeiro ocupa-se com os outros, o segundo ocupa-se apenas consigo mesmo.

O terceiro e último traço do poder pastoral refere-se ao fato de que ele é uma modalidade de poder individualizante, pois para Foucault não se trata somente de conduzir todo o rebanho, mas também operar o gerenciamento de cada ovelha e, nesse contexto, o poder pastoral caracteriza-se como o governo de todos e de cada um. Na realidade, Foucault compreende essa característica como um movimento paradoxal refletido pela posição específica do sacrifício do pastor e da salvação de seu rebanho. Novamente recorrendo à tradição hebraica, Foucault nos lembra que um bom pastor deveria sempre estar disposto a se sacrificar em prol do seu rebanho. Contudo, esse paradoxo coloca o pastor diante do seguinte problema: até que ponto o sacrifício por uma ovelha poderia colocar em risco todo o rebanho? Estamos diante de uma condição sem precedentes em relação à forma de governo praticada e difundida pelo poder pastoral, ou seja, a necessidade de o pastor tomar para si a responsabilidade por cada ato cometido pelo sujeito.

---

<sup>11</sup>*Salus populi suprema lex esto*. A salvação do povo seja a suprema lei. Máxima instituída por Cícero aos princípios atribuídos ao Estado na relação com o povo; este enunciado está presente em *Das leis*, diálogo prescritivo no qual Cícero trata de fundamentar os elementos éticos de um Estado fundamentado no direito e na República. Ver mais detalhes em Cícero (2005).

<sup>12</sup>Trata-se do verbete *Hirt* presente na *Reallexikon für Antike und Christentum*, livro escrito por Georg Schöllgen, Heinzgerd Brakmann, Sible de Blaauw, Therese Fuhrer, Karl Hoheisel, Winrich Löhr, Wolfgang Speyer e Klaus Thraede. Nele, podemos encontrar uma série de elementos intrínsecos da correlação entre teologia e política presente na economia do poder pastoral a partir de uma análise consubstancial dos principais traços dessa modalidade de poder. Ver mais detalhes em Foucault (2004) e Schöllgen e outros (2007).

Diferentemente das modalidades de poderes anteriores que se ocupavam em conquistar territórios, riquezas e escravos para a sustentação do império, o pastorado ocupará em garantir a subsistência dos indivíduos evitando ao máximo a sua dispersão e a sua consequente exposição aos mais variados perigos não tanto pelo destino desse indivíduo, mas pela própria necessidade de se evitar ao máximo que uma atitude contrária às diretrizes do poder pastoral venha contaminar todo o rebanho. O sacrifício do pastor é, portanto, a condição paradoxal do último movimento ético segundo o qual se deve evitar de todo modo proceder uma tecnologia de governo deslocada da necessidade de vigiar atentamente a conduta dos indivíduos. Tal tecnologia será, com o nascimento do cristianismo, instrumentalizada a partir de desdobramentos específicos da obediência irrestrita ao governo pastoral por meio do nascimento do dispositivo confessional. Em outras palavras, o que procuramos afirmar é que o cristianismo desdobra os traços do poder pastoral criando o governo da individualidade pela confissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual a importância de se governar as condutas de acordo com o poder pastoral? Nesse questionamento podemos compreender a finalidade dos estudos foucaultianos a respeito da constituição do poder pastoral como uma história do nosso tempo presente. A partir das provocações lançadas por Foucault encontramos no elemento estrutural dessa forma específica de governamentalidade alguns traços muito importantes acerca da condução das condutas em nossa sociedade, bem como a própria estruturação da crise do Estado democrático de direito e a ascensão de uma agenda neopentecostal que nada mais faz do que atualizar a pastoral da carne cristã.

Dito de outro modo, o que afirmamos é que o poder pastoral configura-se como uma abertura para o processo de gestão permanente das condutas, e é exatamente essa a sua grande novidade; introduzir na formação do Estado moderno elementos voltados para a salvação da população, do gerenciamento estratégico das crises econômicas, das políticas e seguridade social e até mesmo das primeiras formas de interioridades modernas. Nesse sentido, o poder pastoral analisado por Foucault é uma espécie de dispositivo alegórico das formas pelas quais os problemas de salvação e de gestão das almas convertem-se rapidamente, na nossa modernidade, na gestão estratégica das populações. O outrora rebanho administrado pela providência divina deve ser, com a formação dos primeiros Estados, gerenciado enquanto

população – compreendida por Foucault (2004) como categoria móvel e flutuante – ou seja, da mesma forma que a pastoral da carne, não deveria medir esforços para compreender a totalidade, ela deveria, do mesmo modo, compreender a individualidade de cada alma – isto é, ela deveria saber quais suas demandas, quais seus pecados, como puni-la do ponto de vista dos autos da fé –, o Estado moderno também deveria procurar gerenciar a totalidade e a individualidade da população e dos sujeitos. Entretanto, de modo magistral, o pensamento foucaultiano pode nos servir como uma importante ferramenta para nos questionarmos se a crise do Estado democrático de direito e a ascensão dos fundamentalismos religiosos representam uma virada de uma mentalidade cada vez mais pastoral das formas de condutas. O crescente envolvimento de alas ligadas ao modelo neopentecostal que preferem a Bíblia à Constituição não significa apenas uma modalidade de tomada de poder pela representatividade, mas uma estrutura de uma nova governamentalidade que se ocupa em tensionar as experiências da pastoral da carne como uma saída para a crise do nosso atual modelo democrático.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A pastoral do silêncio: Michel Foucault e a dialética revelar e silenciar no discurso cristão. **Bagoas - Estudos Gays: gêneros e sexualidades**. 5(6), p. 69-89, 2011.

ARON, Raymond. **O ópio dos intelectuais**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1980.

BÍBLIA SAGRADA. Petrópolis: Vozes, 2007.

BÜTTGEN, Philippe. Théologie politique et pouvoir pastoral. *Annales: histoire, sciences sociales*. **Éditions de l'EHESS**. 62, p. 1129-1154, 2007.

CANDIOTTO, Cesar. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana**, 10(2), p. 89-113, 2008.

CÍCERO, Marco Tulio. **Das leis**. São Paulo: Cultrix, 2005.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **Pólis e Oïkos, o público e o privado na Grécia Antiga**. São Paulo: Labeca – MAE-USP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité: l'usage des plaisirs**. Paris: Galimard, 1984.



FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: towards a criticism of political reason. *In*: FOUCAULT, Michel. **Dits et Ecrits IV: 1980-1988**. Paris: Quarto Gallimard, 1994. p. 134-161.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population**. Paris: Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Galimard, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 55-75.

GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. Foucault e a questão do dispositivo, da governamentalidade e da subjetivação: mapeando noções. **Revista Margens Interdisciplinar**. 6(7), p. 105-122, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

JOSÉFO, Flávio. **História dos hebreus**: CPAD-SP, 2004.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MARTIN, Patrick. Pouvoir pastoral, normalisation et soins infirmiers: une analyse foucauldienne. **Aporia: La revue en sciences infirmières**. 2(2), 35, 2010.

PLATÃO. **Diálogos: O Banquete; Fédon; Sofista; Político**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROBERT, Martin. ROVARY-OULLET, Guillaume. La Dialectique Peut-Elle Casser Foucault? *In*: LE COLLECTIF. **Michel Foucault: entre sujet et révolte**. Dépôt légal - Bibliothèque et Archives nationales du Québec, 2012. p. 61-92.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUIZ, Castor Mari Martin Bartolomé. O poder pastoral, a economia política e a genealogia do estado moderno. **Revista do IHU – Instituto de Humanidades UNISINOS**. 446, 16 jun. 2014. p. 01-32.

RUIZ, Castor Mari Martin Bartolomé. O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. **Cadernos IHUideias**. 14 (241), p. 01-24, 2016. São Leopoldo.

SANTOS, Rone Eleandro. Do governo pastoral à governamentalidade: crítica da razão política em Michel Foucault. **Peri: revista de filosofia**. (1) 2, p. 48-64, 2015.

SCHÖLLGEN, George et al. **Reallexikon für Antike und Christentum**. Stuttgart: Anton Hiersemann, 2007.

SOLJENÍTSIN, Aalexandre. **Arquipélago Gulag**. São Paulo: DIFEL, 1975.

WALTER, Bruno Eduardo Procopiuk; WINKLER, Carolina Andrea Gómez; CRUBELLATE, João Marcelo. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. **Cadernos EBAPE.BR**. 11(1), p. 16-29, 2013.